XII SOBER NORDESTE
ITABAIANA/SE 2017

CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL

SOBER NORDESTE

Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural no Nordeste em Tempos de Crise

22 a 24 de novembro de 2017.

DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL E NO NORDESTE: o desafio "inconcluso" do combate às desigualdades como uma agenda prioritária

Joacir Rufino de Aquino

Economista (CORECON/RN)

Professor Adjunto IV do Curso de Economia da UERN (Campus de Assú)

Representante Regional da SOBER no Nordeste (2017-2019)

Itabaiana/SE, 23/11/2017

1 - INTRODUÇÃO

- O objetivo da presente exposição é apresentar um quadro geral das desigualdades no Brasil rural;

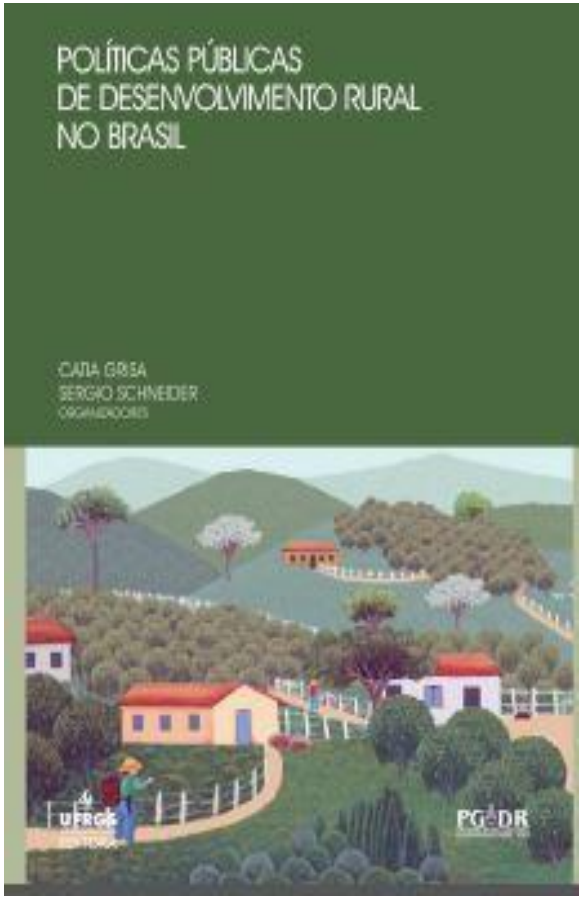
- Argumenta-se que as políticas públicas criadas no período recente, apesar de seus inegáveis avanços, não conseguiram superar as desigualdades, especialmente quando se compara o campo com as cidades;

- Além disso, busca-se destacar que a situação apresentada tende a se agravar na conjuntura regressiva atual, ensejando a necessidade de mobilização popular em defesa de uma nova estratégia de desenvolvimento rural que tenha como um dos seus eixos centrais o combate profundo às desigualdades.

2 – AVANÇOS RECENTES NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL

- **3 gerações de políticas públicas para a agricultura familiar** (GRISA; SCHNEIDER, 2014/2015): agrícolas e agrárias; sociais e assistenciais; e construção de mercados para a segurança alimentar e sustentabilidade ambiental;

- **Entre estas políticas estão**: PRONAF, Reforma Agrária, previdência rural, Bolsa Família, PAA, PNAE, Plano Brasil Sem Miséria, Territórios da Cidadania, PLANAPO, entre outras.



Alguns resultados importantes das políticas de DR implementadas a partir da segunda metade dos anos 1990 e, especialmente, a partir do início dos anos 2000

- Redução da fome, da indigência e da pobreza monetária das famílias vivendo no campo, especialmente nas regiões Norte e Nordeste;
- Melhoria da infraestrutura nas áreas rurais (a exemplo da quase universalização da energia elétrica);
- Crescimento da produção de alimentos e matérias-primas;
- Aumento do consumo e (surgimento de uma nova classe média rural?);
- Outros aspectos sociais relevantes associados à melhoria da qualidade de vida (educação, saúde etc.);

MAS, apesar dos importantes avanços conquistados nos últimos 20 anos, o rural brasileiro e nordestino continua sendo a TERRA DA DESIGUALDADE e apresenta baixos níveis de desenvolvimento humano!!

3 – PERSISTÊNCIA DAS DESIGUALDADES PRODUTIVAS E DOS BAIXOS NÍVEIS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO CAMPO BRASILEIRO

- Prevalece, no rural brasileiro, uma grande desigualdade na distribuição dos ativos produtivos, especialmente a terra;

- A desigualdade na distribuição dos ativos se reflete na precariedade das condições produtivas da maioria absoluta dos agricultores brasileiros, prevalecendo uma elevada concentração econômica no campo.

Tabela 1 – Concentração da área dos imóveis rurais no Brasil - 2014

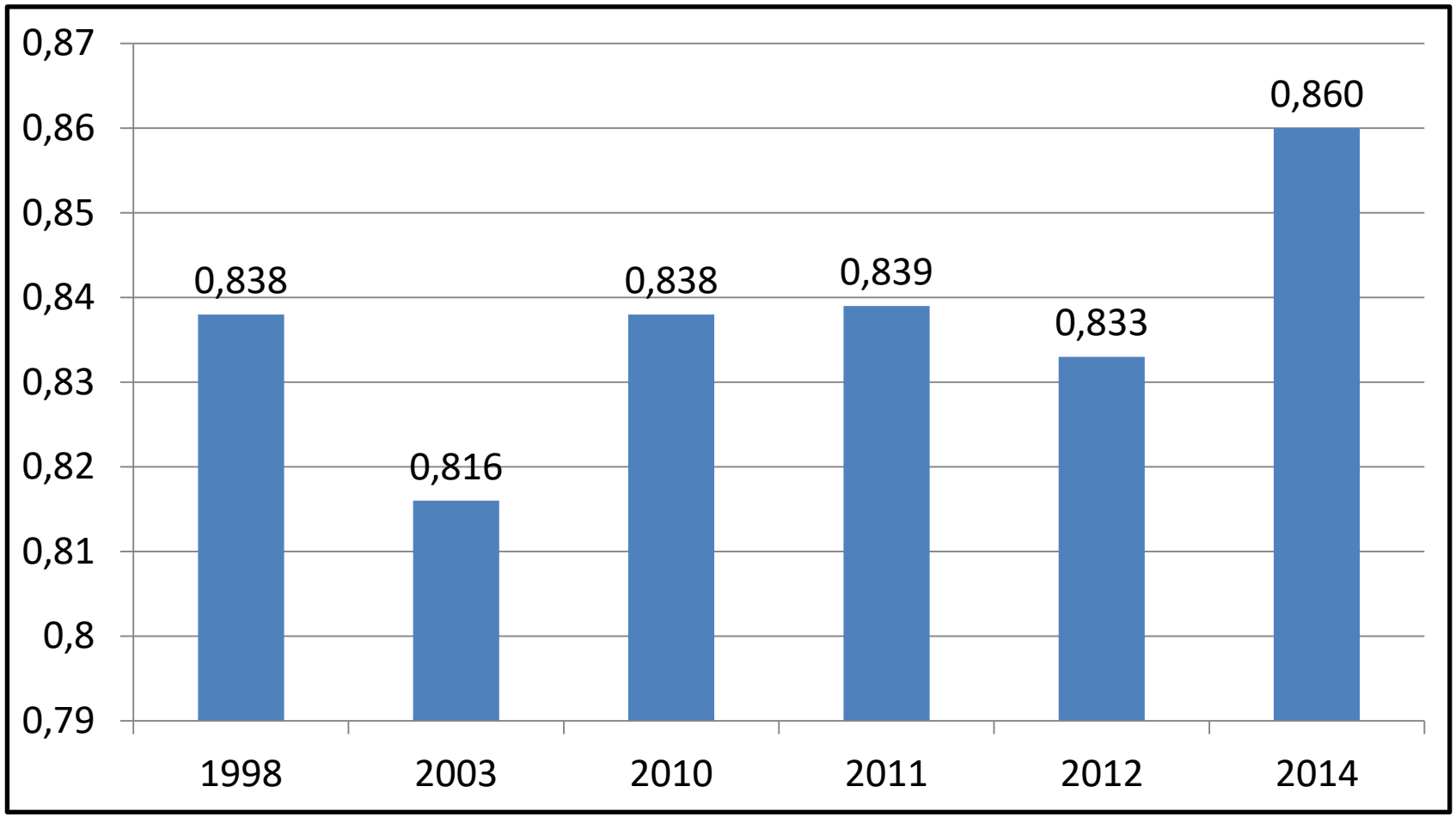
Classes de Área (ha)	Nº de Imóveis	% Imóveis	Área (ha)	% Área	Área Média (ha)
Menos de 1	274.671	4,47	68.179,10	0,01	0,25
1 a menos de 2	183.693	2,99	250.433,37	0,03	1,36
2 a menos de 5	841.217	13,70	2.827.508,40	0,38	3,36
5 a menos de 10	908.886	14,80	6.566.924,32	0,89	7,23
10 a menos de 25	1.499.140	24,42	24.305.032,47	3,28	16,21
25 a menos de 50	932.481	15,19	32.802.217,70	4,43	35,18
50 a menos de 100	665.642	10,84	46.170.133,05	6,24	69,36
100 a menos de 500	645.700	10,52	133.446.464,51	18,02	206,67
500 a menos de 1.000	93.658	1,53	65.276.368,53	8,82	696,97
1.000 a menos de 2.000	48.234	0,79	66.717.495,31	9,01	1.383,20
2.000 a menos de 5.000	36.639	0,60	108.793.966,83	14,69	2.969,35
5.000 a menos de 10.000	7.100	0,12	50.696.144,66	6,85	7.140,30
10.000 a menos de 20.000	1.591	0,03	21.770.955,74	2,94	13.683,82
20.000 a menos de 50.000	879	0,01	26.261.973,04	3,55	29.877,10
50.000 a menos de 100.000	222	0,00	15.806.316,49	2,13	71.199,62
100.000 e mais	365	0,01	138.641.532,26	18,73	379.839,81
Total	**6.140.118**	**100,00**	**740.401.645,78**	**100,00**	**120,58**

Até 25 ha:
I = 60%
A = 5%

Acima de 1.000 ha:
I = 2%
A = 58%

Fonte: DATALUTA (2016, p. 31).

Gráfico 1 - Índice de Gini da propriedade da terra no Brasil – 1998-2014



Fonte: DATALUTA (2016, p. 31).

Tabela 2 - Número de estabelecimentos agropecuários, área total e média dos diferentes tipos de agricultura do Brasil – 2006

Tipos de Agricultura	Estabelecimentos		Área Total (ha)		Área Média (ha)
	Número	%	Número	%	
Familiar	4.366.267	84,36	80.102.694	24,01	18
Não Familiar	809.369	15,64	253.577.343	75,99	313
Total	**5.175.636**	**100,00**	**333.680.037**	**100,00**	**64**

Fonte: IBGE/SIDRA (2012).

Tabela 3 – Participação da agricultura familiar e não familiar no Valor Bruto da Produção (VBP) da agropecuária brasileira – 2006

Tipos de Agricultura	VBP (R$ 1,00)	%
Familiar	54.494.117.490	33,23
Não Familiar	109.492.176.940	66,77
Total	**163.986.294.428**	**100,00**

Fonte: IBGE/SIDRA (2012).

Tabela 4 – Participação dos distintos grupos no Valor Bruto da Produção (VBP) da agricultura familiar brasileira – 2006 (Em %)

Grupos de Agricultores Familiares	% Estab. c/ VBP	% VBP
A	11,86	10,48
B	52,16	5,19
C	20,03	15,52
D	7,36	19,44
E	1,61	8,94
Familiar Não PRONAF	6,98	40,42
Total Familiar	**100,00**	**100,00**

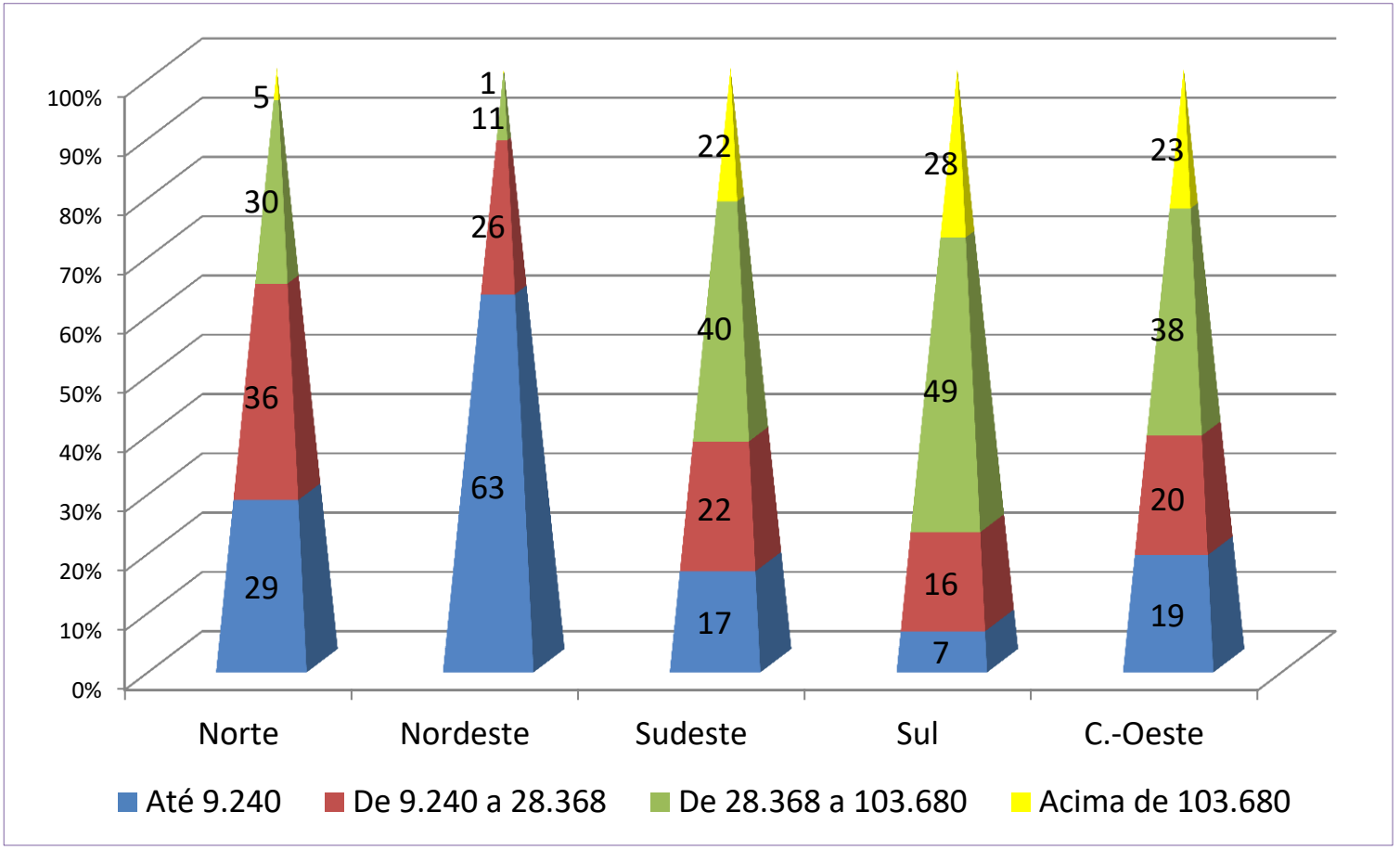
Fonte: IBGE/SIDRA (2012).

Tabela 5 – Distribuição dos agricultores familiares com Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) segundo faixas de Valor Bruto da Produção (VBP) anual (Em R$ de dez./2014)

Faixas de VBP (R$ 1,00)	Nº de Agricultores Familiares	%	% VBP
Até 9.240	2.300.862	44,9	5,1
De 9.240 a 28.368	1.260.477	24,6	11,2
De 28.368 a 103.680	1.142.169	22,3	32,7
Acima de 103.680	422.963	8,3	51,0
Total Familiar c/ DAP	**5.126.471**	**100,00**	**100,0**

Fonte: SAF/MDA (2015, p. 9).

Gráfico 2 – Distribuição do número de agricultores familiares com DAP segundo grandes regiões e por faixa de VBP anual – Dez./2014 (Em %)



Fonte: SAF/MDA (2015, p. 10).

- Além das disparidades produtivas, persistem grandes desigualdades nas condições vida da população vivendo no campo;

- Na maior parte dos estados, o **desenvolvimento humano** nas áreas rurais ainda é baixo;

- Da mesma forma, o acesso a bens materiais é precário e muitas famílias dependem de transferências de renda para sobreviver...

O desenvolvimento humano nas áreas rurais...

- O desenvolvimento humano é entendido aqui, conforme a concepção de SEN (2000), como **o processo de ampliação das liberdades das pessoas, no que tange as suas capacidades e as oportunidades a seu dispor, para que elas possam escolher a vida que desejam ter**;

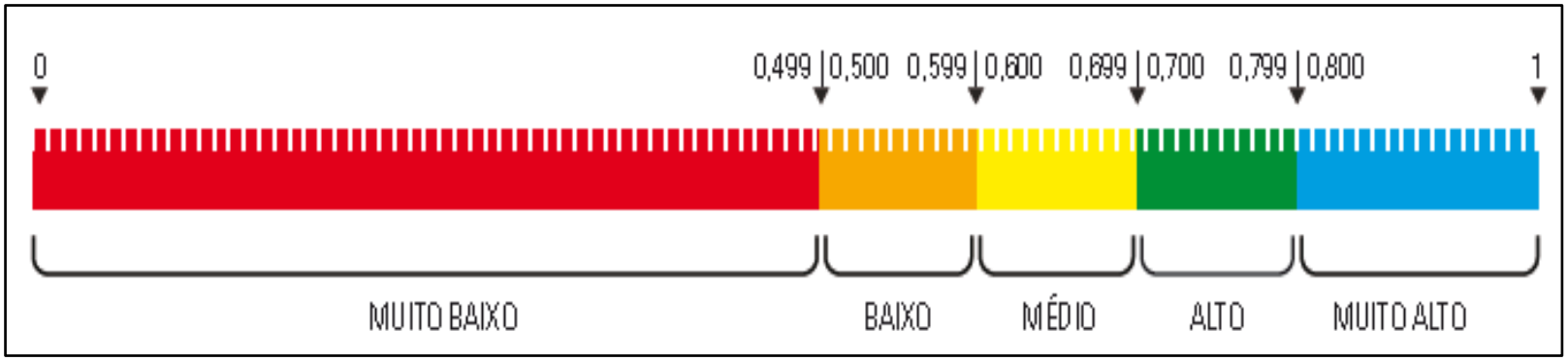
- Tal processo pode ser medido pelo **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)**, que é dividido em faixas e considera três dimensões: renda, educação e saúde;

- No caso do Brasil, foi feita pelo PNUD/IPEA/FJP uma adaptação para os municípios, **o IDHM**;

DESAGREGAÇÃO DO IDHM, EM 2017:

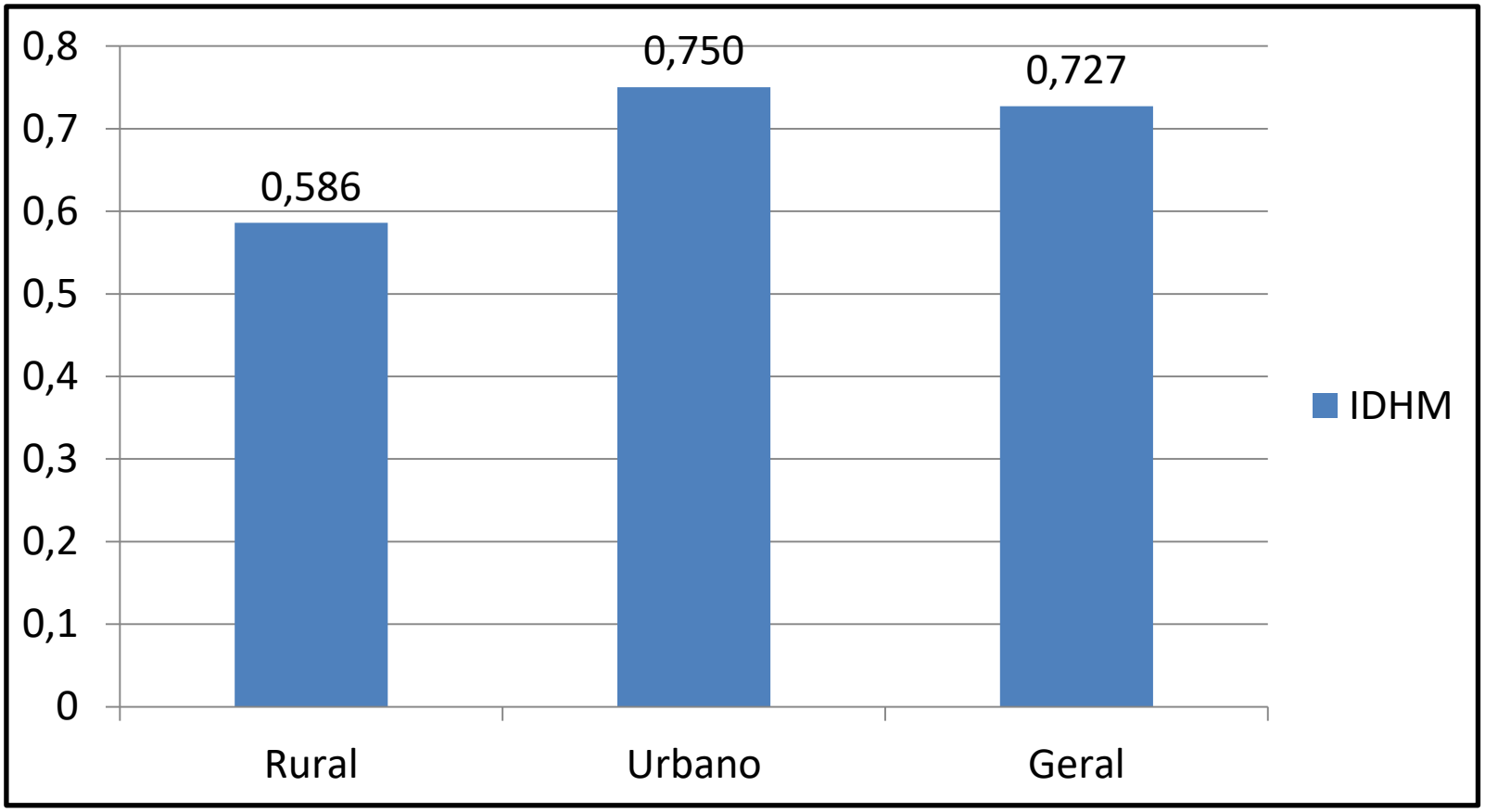
- Sexo
- Cor
- **Situação do domicílio (RURAL e URBANO)**

Figura 1 – Faixas de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)



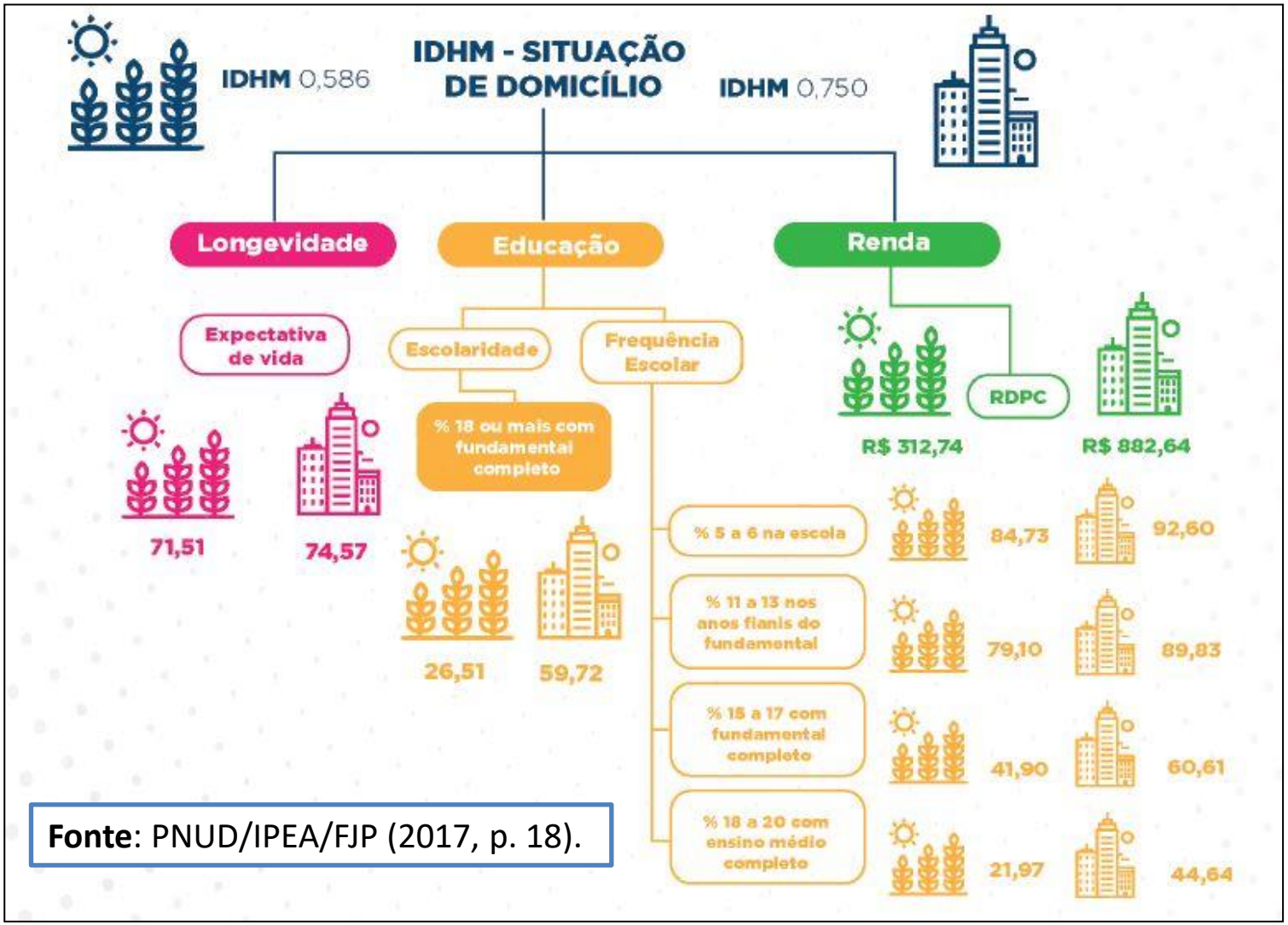
Fonte: PNUD (2013).

Gráfico 3 – Distribuição do IDHM desagregado Brasil - 2010



Fonte: PNUD/IPEA/FJP (2017).

Figura 2 – Desigualdades nos indicadores de qualidade de vida entre as áreas rurais e urbanas do Brasil - 2010



Fonte: PNUD/IPEA/FJP (2017, p. 18).

Tabela 6 – IDHM do Brasil e do Nordeste desagregado por situação do domicílio - 2010

Espacialidades	IDHM 2010	Rural	Urbano
Brasil	0,727	0,586	0,75
Alagoas	0,631	0,518	0,664
Bahia	0,66	0,538	0,699
Ceará	0,682	0,575	0,71
Maranhão	0,639	0,541	0,682
Paraíba	0,658	0,541	0,69
Pernambuco	0,673	0,54	0,701
Piauí	0,646	0,525	0,696
Rio Grande do Norte	0,684	0,566	0,713
Sergipe	0,665	0,537	0,702

Fonte: PNUD/IPEA/FJP (2017).

As áreas rurais brasileiras, especialmente no Nordeste, ainda são espaços subdesenvolvidos.

Tabela 7 – IDHM Renda do Brasil e do Nordeste desagregado por situação do domicílio - 2010

Espacialidades	IDHM Renda 2010	Rural	Urbano
Brasil	0,739	0,589	0,756
Alagoas	0,641	0,503	0,671
Bahia	0,663	0,523	0,696
Ceará	0,651	0,504	0,681
Maranhão	0,612	0,493	0,655
Paraíba	0,656	0,524	0,683
Pernambuco	0,673	0,519	0,695
Piauí	0,635	0,5	0,677
Rio Grande do Norte	0,678	0,534	0,704
Sergipe	0,672	0,526	0,703

Fonte: PNUD/IPEA/FJP (2017).

Tabela 8 – IDHM Educação do Brasil e do Nordeste desagregado por situação do domicílio - 2010

Espacialidades	IDHM Educação 2010	Rural	Urbano
Brasil	0,637	0,441	0,676
Alagoas	0,52	0,38	0,568
Bahia	0,555	0,398	0,614
Ceará	0,615	0,493	0,655
Maranhão	0,562	0,429	0,636
Paraíba	0,555	0,404	0,603
Pernambuco	0,574	0,403	0,619
Piauí	0,547	0,385	0,626
Rio Grande do Norte	0,597	0,444	0,641
Sergipe	0,56	0,397	0,617

Fonte: PNUD/IPEA/FJP (2017).

Um dos principais fatores determinantes do subdesenvolvimento humano rural é a precariedade do quadro educacional.

Tabela 9 – IDHM Longevidade do Brasil e do Nordeste desagregado por situação do domicílio - 2010

Espacialidades	IDHM Longevidade 2010	Rural	Urbano
Brasil	0,816	0,775	0,826
Alagoas	0,755	0,728	0,767
Bahia	0,783	0,748	0,8
Ceará	0,793	0,766	0,804
Maranhão	0,757	0,748	0,763
Paraíba	0,783	0,749	0,796
Pernambuco	0,789	0,752	0,8
Piauí	0,777	0,751	0,795
Rio Grande do Norte	0,792	0,765	0,802
Sergipe	0,781	0,743	0,799

Fonte: PNUD/IPEA/FJP (2017).

A maior longevidade é puxada pelos avanços da saúde pública e pela melhoria da qualidade de vida dos idosos, devido a Previdência Rural, entre outros fatores.

Tabela 10 - Renda domiciliar per capita do Brasil e do Nordeste por situação do domicílio - 2010

Espacialidades	Renda per capita 2010	Rural	Urbano
Brasil	793,87	312,74	882,64
Alagoas	432,56	182,45	522,07
Bahia	496,73	207,46	609,02
Ceará	460,63	184,1	552,72
Maranhão	360,34	172,49	470,36
Paraíba	474,94	208,27	562,49
Pernambuco	525,64	201,58	605,86
Piauí	416,93	179,89	540,8
Rio Grande do Norte	545,42	222,38	637,51
Sergipe	523,53	211,76	635,67

Fonte: PNUD/IPEA/FJP (2017).

Tabela 11 - Participação das pessoas beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) na população do campo dos estados do Nordeste (Dezembro de 2015)

Ufs	População rural do Nordeste (2010)	Nº beneficiários rurais do PBF (dez./2015)	%
	(A)	(B)	B/A
Alagoas	822.634	491.017	59,69
Bahia	3.914.430	2.308.668	58,98
Ceará	2.105.812	1.403.657	66,66
Maranhão	2.427.640	1.405.439	57,89
Paraíba	927.850	547.385	58,99
Pernambuco	1.744.238	1.042.807	59,79
Piauí	1.067.401	650.274	60,92
Rio Grande do Norte	703.036	384.675	54,72
Sergipe	547.651	333.735	60,94
Nordeste	**14.260.692**	**8.567.657**	**60,08**

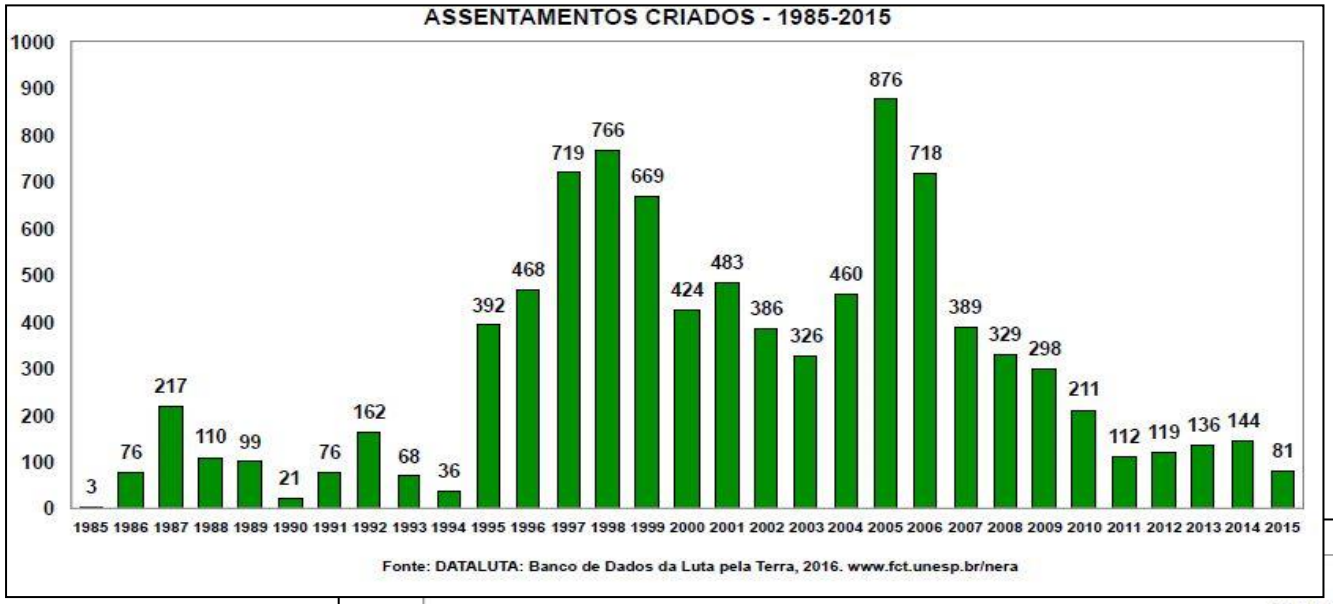
Fonte: MDS/CADÚNICO/TABCAD (2016).

4 – LIMITES DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL

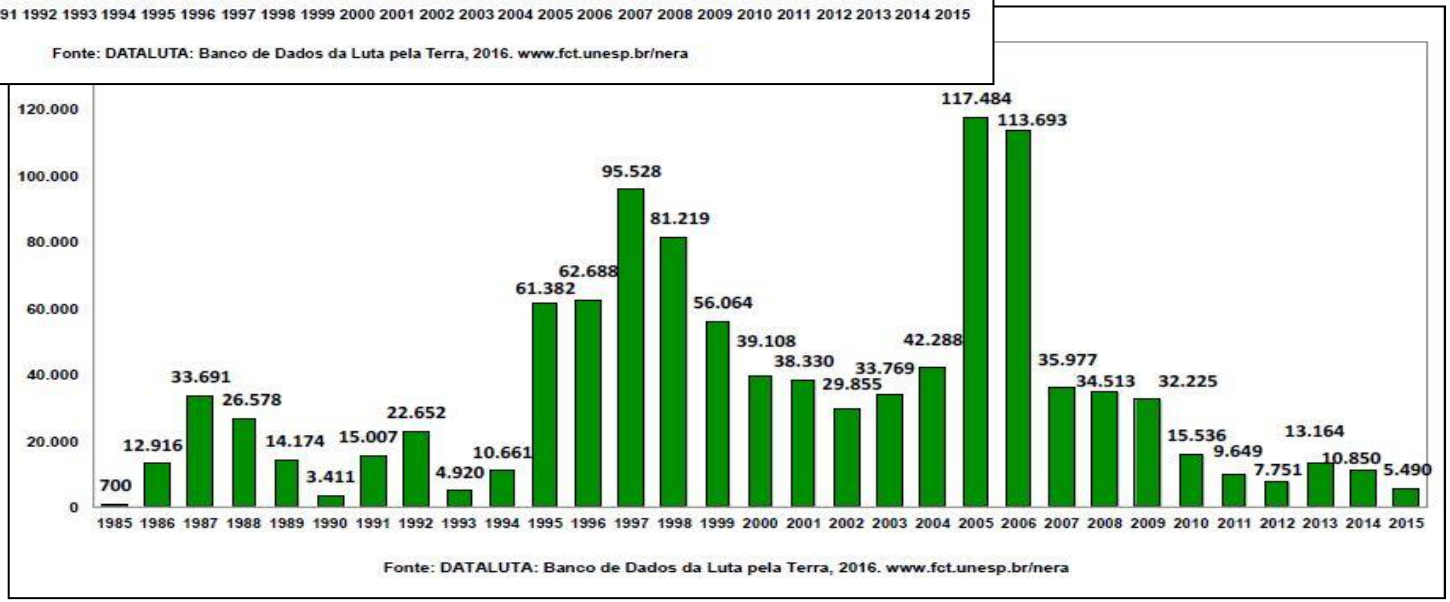
- As desigualdades e o subdesenvolvimento do rural brasileiro têm determinantes estruturais, mas uma parte do quadro apresentado na dimensão produtiva deve-se aos limites das políticas de DR implementadas nas duas últimas décadas;

- **Entre esses limites, destacam-se**: a marginalização da política de reforma agrária; a desigualdade na distribuição do crédito rural; a baixa abrangência das políticas de comercialização; e a desarticulação e baixa sinergia das políticas de transferência de renda e de inclusão produtiva, entre outros;

Gráfico 4 – Assentamentos rurais e famílias assentadas no Brasil – 1985-2015



Arrefecimento da reforma agrária no Brasil nos últimos 10 anos



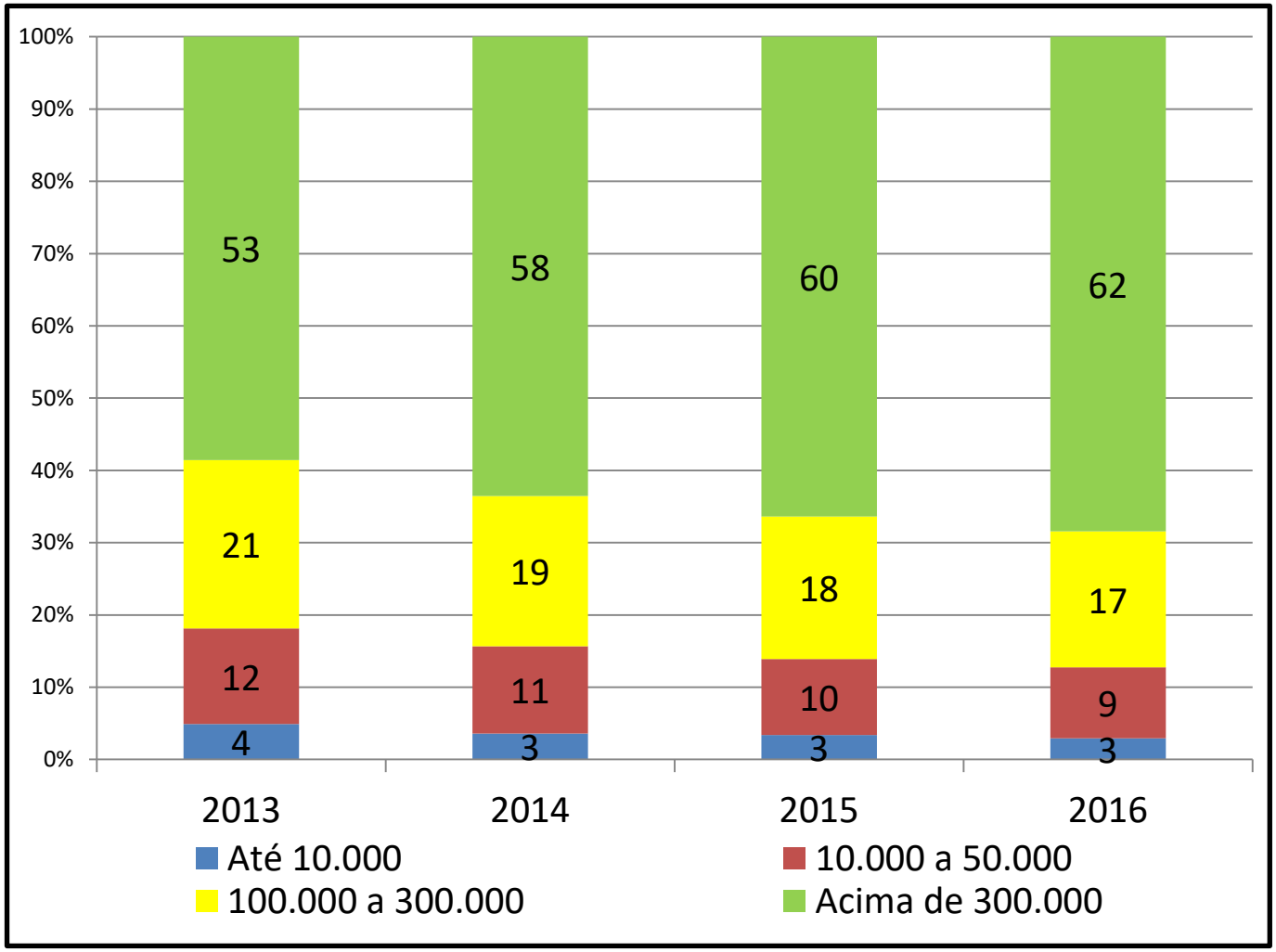
Fonte: DATALUTA (2016, p. 22).

Tabela 12 - Distribuição do crédito rural no Brasil por faixa de tamanho dos contratos – 2013 a 2016 (Em %)

FAIXA DE VALORES	2013	2014	2015	2016
Até 10 mil	61	54	56	55
10 a 50 mil	25	28	25	26
50 a 100 mil	6	8	8	9
100 a 300 mil	6	7	7	7
Acima de 300 mil	3	3	4	4
TOTAL	**100**	**100**	**100**	**100**

Fonte: BCB (2017). Dados organizados pelo autor.

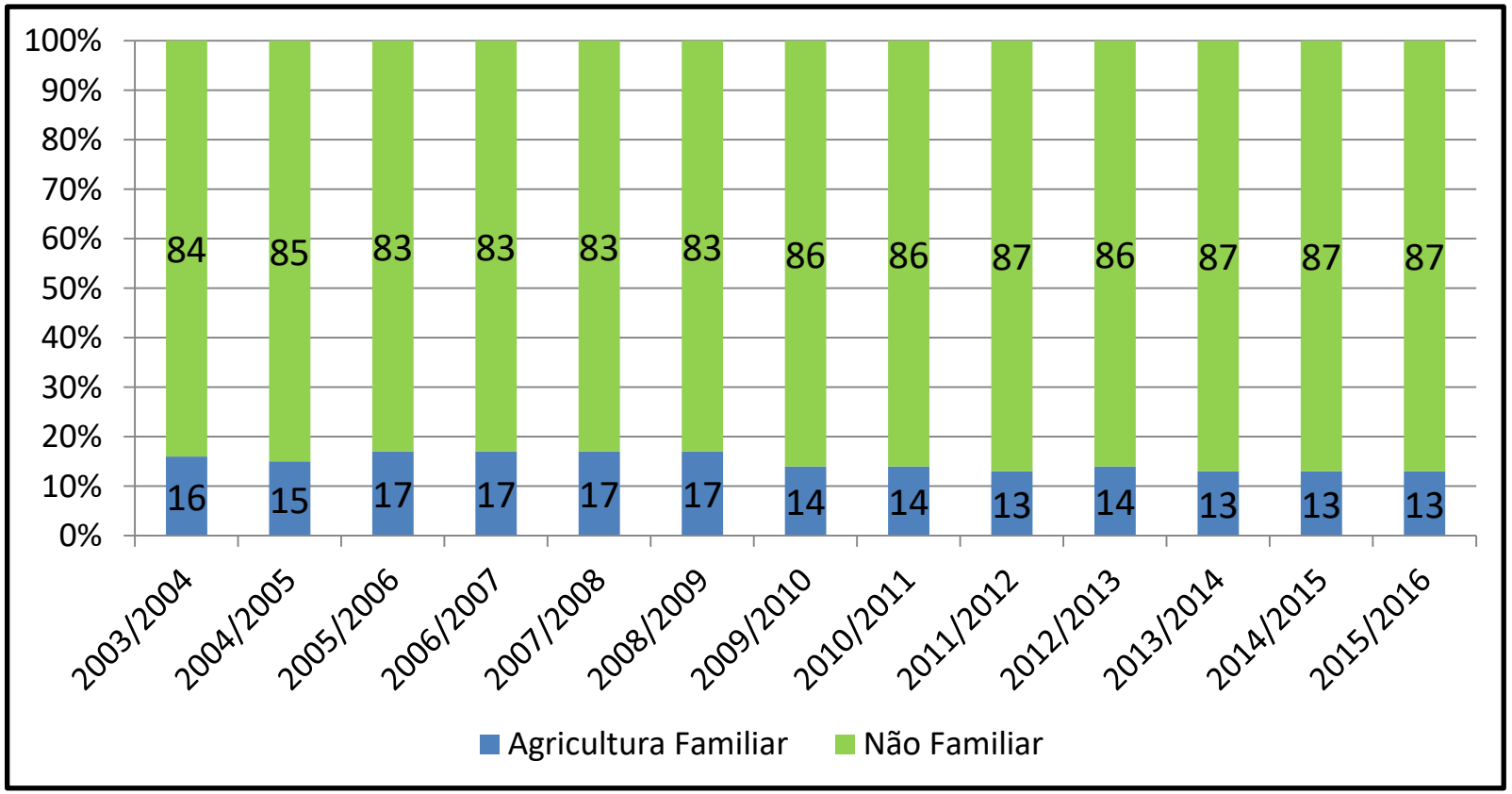
Gráfico 5 - Distribuição do VALOR do crédito rural no Brasil por faixa de valor (R$) dos contratos – 2013 a 2016 (Em %)



Em 2016, os contratos na faixa acima de R$ 300 mil (**4% do total**) obtiveram **62% do valor financiado pelo SNCR**.

Fonte: BCB (2017). Dados organizados pelo autor.

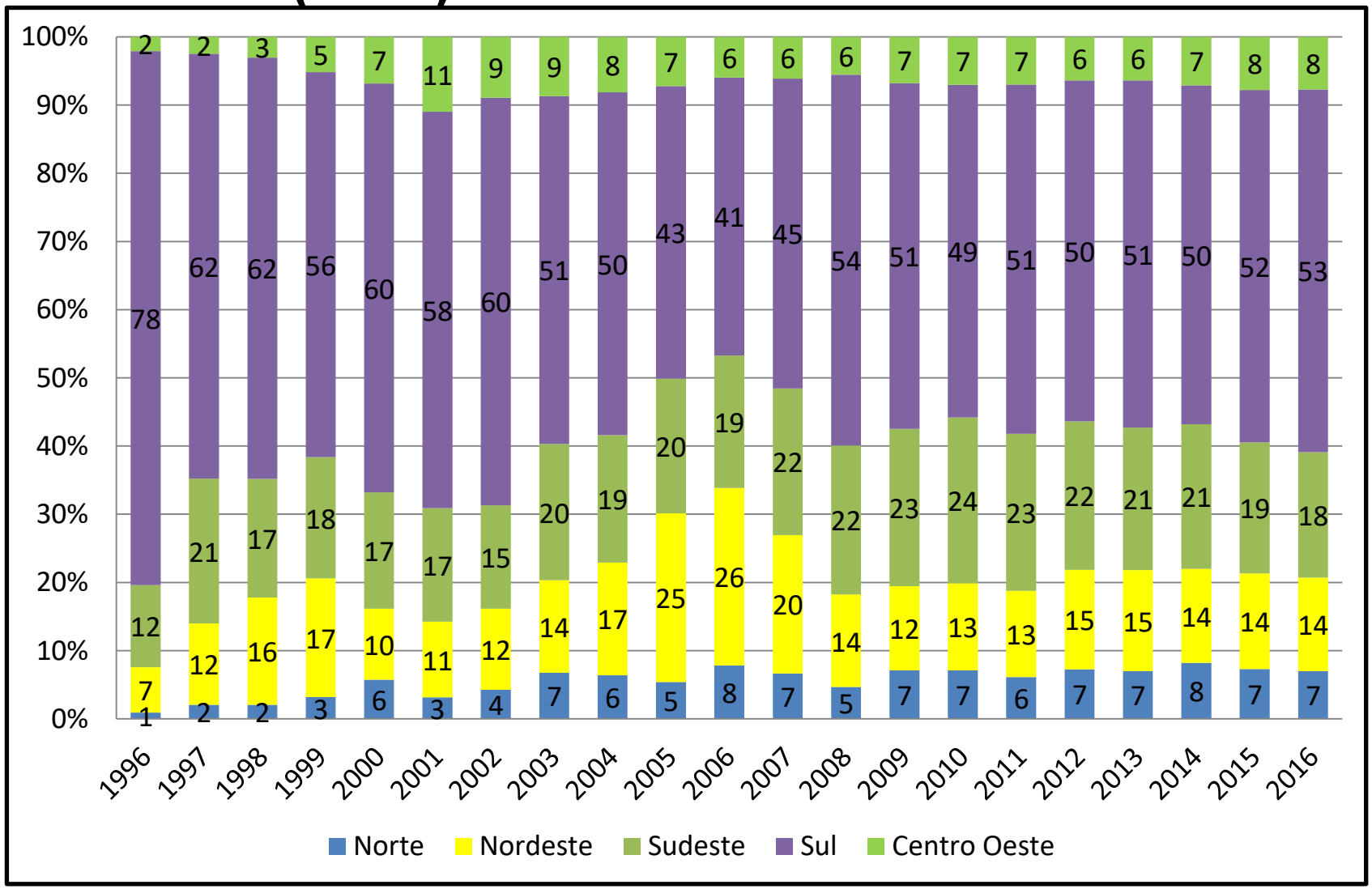
Gráfico 6 – Distribuição dos recursos programados do crédito rural por tipo de agricultor no Brasil – Safras 2003/2004 a 2015/2016 (Em %)



Fonte: SAF/MDA e MAPA (Planos Safra da Agricultura Familiar e da Agricultura Empresarial – vários anos).

Nota: Dados organizados a partir de Bianchini (2015).

Gráfico 7 – Distribuição regional do crédito do PRONAF de 1996 a 2016 (Em %)



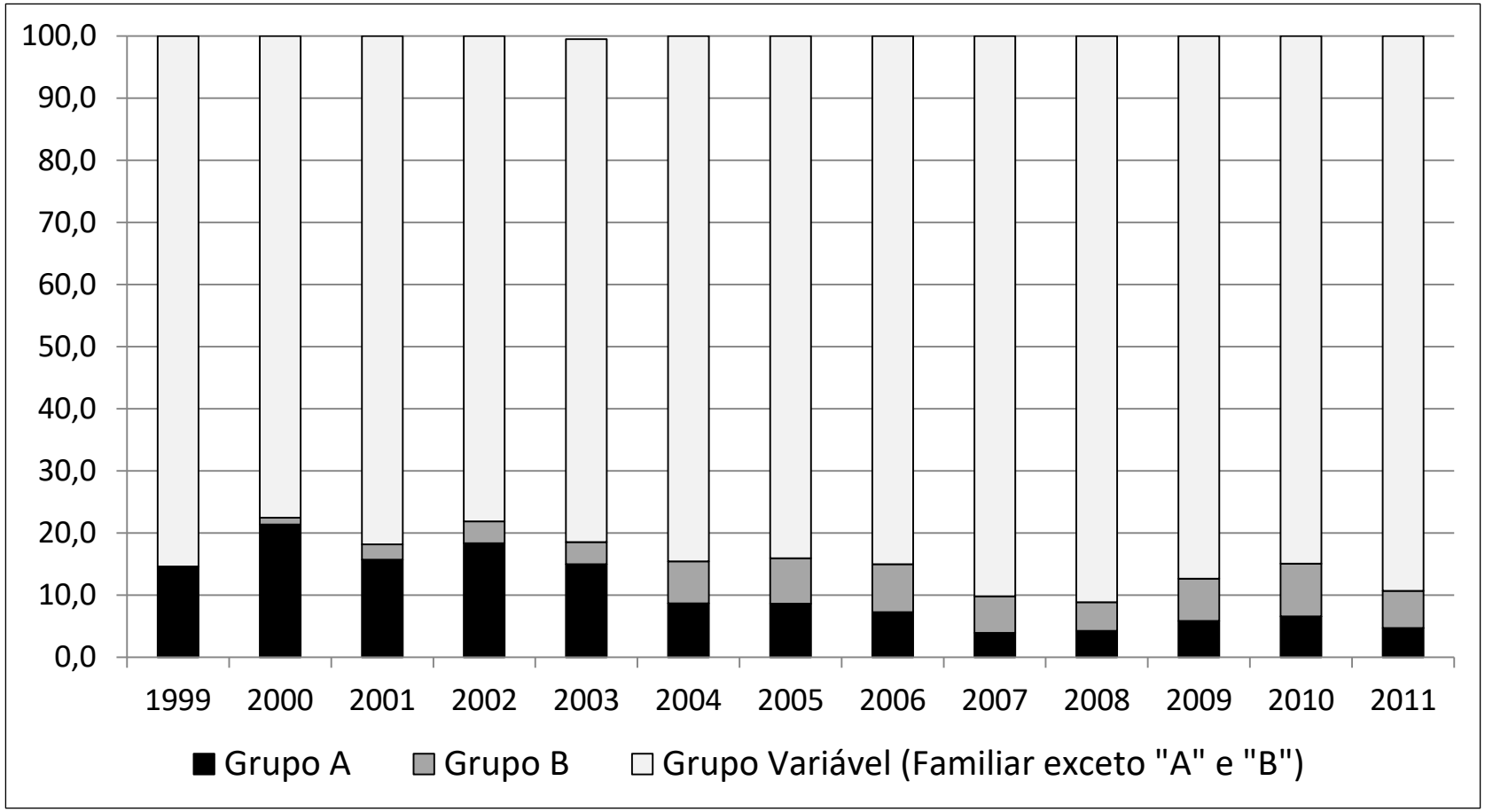
Fonte: 1996-1998: IPEA (2007); 1999-2016: BCB (2017).

Tabela 13 - Distribuição regional do Pronaf-Crédito e valores médios dos contratos, segundo modalidades (2014)

Região	Investimento			Custeio		
	Distribuição regional		Valor médio	Distribuição regional		Valor médio
	Contratos	Valor		Contratos	Valor	
Norte	7%	12%	20,347	3%	3%	16,965
Nordeste	63%	21%	3,875	8%	5%	9,095
Sudeste	15%	23%	18,291	18%	19%	16,947
Sul	12%	37%	35,924	66%	67%	16,955
Centro-Oeste	3%	7%	34,420	5%	6%	21,208
Brasil	100%	100%	11,928	100%	100%	16,520

Fonte: Silveira et al. (2016, p. 24).

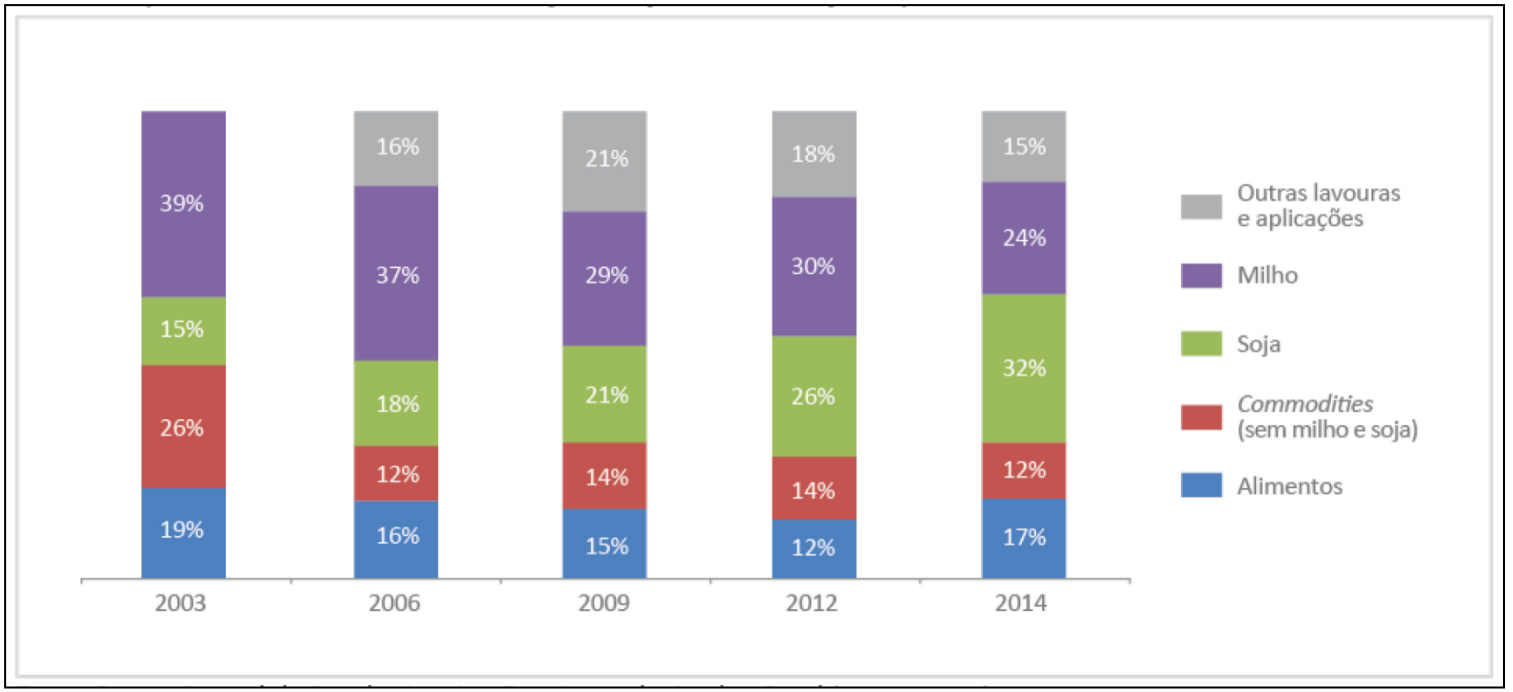
Gráfico 8 – Participação dos Grupos na distribuição do crédito rural do PRONAF – 2000 a 2011 (Em %)



Fonte: SAF/MDA (2013).

Nota: Dados organizados por Aquino e Schneider (2015).

Gráfico 9 – Distribuição do crédito de custeio do PRONAF segundo produtos e aplicações – 2003 a 2014 (Em %)



Fonte: Silveira et al. (2016, p. 26).

Tabela 14 – Distribuição dos recursos do PAA no Brasil 2014

Região	Nº de Agr. Fornecedores	Recursos (R$)	% RECURSOS	VALOR MÉDIO
CENTRO-OESTE	5.779	34.388.293,79	6,00	5.950,56
NORDESTE	45.788	216.654.832,02	37,79	4.731,69
NORTE	12.093	60.073.336,84	10,48	4.967,61
SUDESTE	29.190	174.490.361,67	30,44	5.977,74
SUL	19.417	87.678.995,63	15,29	4.515,58
Total	**112.267**	**573.285.819,94**	**100,00**	**5.106,45**

Fonte: PAA Data (2015).

Tabela 15 – Número de domicílios rurais que recebem apenas o PBF e que recebem os recursos do programa "articulados" a outras políticas públicas no Rio Grande do Norte e no Rio Grande do Sul – julho/2014

ESTADOS	Total de domicílios rurais que recebem BF	Recebem apenas BF	Recebem BF e outros programas
RN	111.664	86,51	13,49
RS	81.259	99,56	0,44

Fonte: MDS/ CadÚnico/TABCAD (2015). Elaboração de Aquino et al. (2017).

5 – O AJUSTE RECESSIVO E A NECESSIDADE DE UMA "NOVA" POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

- O desmonte das políticas de apoio à agricultura familiar e os cortes recentes nos gastos sociais pode agravar as desigualdades apresentadas que já são preocupantes;

- **O Brasil precisa de uma "nova" política de desenvolvimento rural**, que vá além do agrícola e busque ampliar os níveis de desenvolvimento humano nas áreas rurais;

- Qual o formato dessa política?? Um tema a ser construído...

- Na atual conjuntura de crise (econômica e urbana), gerar ocupação e renda no campo e produzir alimentos é algo estratégico para o país;

- Mas, acima de tudo, o combate às desigualdades (terra, educação...) deve figurar como uma agenda prioritária;

O desafio da desigualdade

CEPLAN

- Os esforços recentes foram ainda muito parciais , dado o caráter muldimensional do problema e a gravidade da herança brasileira.

- O debate sobre as desigualdades econômicas e sociais continuará na agenda dadas as macrotendências em curso, no mundo e no Brasil.

  E ele interessa especialmente ao Nordeste.

Fonte: Tânia Bacelar (out./2017).

6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

- Nós nos contentamos com a queda da pobreza de renda monetária...

- Mas o Brasil rural ainda é a terra da desigualdade e apresenta sinais claros de subdesenvolvimento humano;

- Apesar da gravidade do ajuste ortodoxo do atual o governo, devemos entender que as políticas de DR adotadas até então foram limitadas;

- É preciso uma “nova” estratégia de desenvolvimento rural que tenha entre seus focos principais o combate as desigualdades no campo;

- O grande desafio que está posto é, então, incrementar a **mobilização popular** para tentar incluir o tema na agenda das eleições vindouras e do próximo Presidente do Brasil.

OBRIGADO PELA ATENÇÃO!

joaciraquino@yahoo.com.br